



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 13ª reunião ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

**Palácio do Planalto, 25 de agosto de 2005**

Meu querido companheiro Jaques Wagner, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República,

Minha querida companheira Dilma Rousseff,

Meus companheiros ministros que estão presentes,

Conselheiros e conselheiras presentes nesta reunião de hoje,

Eu vim a esta reunião, primeiro, para dar os parabéns a este Conselho, porque a concertação com que todos nós nos comprometemos no dia em que empossamos os membros do Conselho traz o seu resultado quando vocês terminam o debate sobre a questão da Agenda Nacional de Desenvolvimento.

E eu vou apenas ler alguns tópicos aqui, de coisas que nós já discutimos.

Há um ano, quando ainda completávamos 19 meses de governo, tive a oportunidade de estar aqui, com todos os conselheiros, e fazer uma conclamação por uma estratégia de desenvolvimento de longa duração para o Brasil. O que pedi à época requeria, em primeiro lugar, uma ampla e bem construída concertação entre os mais diversos atores da nossa sociedade. Um consenso estratégico nacional para que não perdêssemos as oportunidades históricas que já haviam sido criadas.

Já tínhamos, em agosto de 2004, conseguido superar algumas das mais severas amarras econômicas para o crescimento sustentável do país. E víamos como o diálogo democrático voltava a florescer em todas as instâncias



do Estado. E, felizmente, tivemos a capacidade de olhar para o futuro, não nos atrelando apenas às urgências diárias, e construir esta Agenda Nacional de Desenvolvimento, cujo formato final vocês acabaram de produzir no texto que eu recebi, aí na mesa. Ela, certamente, é a síntese dos sonhos e das aspirações que 90 conselheiros, representando todos os segmentos de nossa sociedade, construíram ao longo de suas vidas e lutas por um Brasil mais justo.

A Agenda é também, pela primeira vez, um documento democraticamente pactuado para apontar o caminho que devemos percorrer em nossa transformação nacional. Seu resultado não poderia ser outro, senão o esforço em sua primeira diretriz estratégica. Ela aponta que qualquer decisão dos poderes públicos, qualquer ação governamental deve ter como norte e critério a equidade.

Tudo o que o governo fizer tem, obrigatoriamente, que reduzir as desigualdades históricas de nossa sociedade. E isso vale para as ações macroeconômicas, para as políticas sociais ou para qualquer outra iniciativa, não importando o seu grau de urgência ou de visibilidade. Da mesma forma, devemos incentivar que tal critério também venha a ser adotado democraticamente pelo setor privado.

Receber esta Agenda justamente no momento em que nos encontramos prova a força do diálogo, mesmo durante as situações políticas mais desafiadoras. Mostra também que é exatamente esse tipo de concertação que permite à Nação a travessia de momentos turbulentos de sua história sem comprometer as conquistas sociais e econômicas que tanto nos custaram.

Eu queria dizer essas palavras porque, possivelmente, quem esteja fora do Conselho, ou quem não acompanha o trabalho do Conselho, não dê a devida importância ao resultado que vocês já conseguiram produzir nesses anos que vocês têm se reunido.

Certamente, a proposta apresentada não atende ao desejo de 100% de cada um dos conselheiros. Mas certamente, todos e todas também



aprenderam que no jogo democrático a supremacia de um sobre outros nem sempre produz o melhor resultado. Mas o consenso e a maturidade política que fizeram vocês produzirem este documento prova que a sociedade civil brasileira está altamente preparada para construir as saídas para os impasses que o Brasil, historicamente, vive. Então, eu queria, nesta primeira fase, dar os parabéns a vocês.

Quero dizer a vocês também, vocês viram pela imprensa, hoje, que ontem eu convoquei uma reunião com o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República. Estavam presentes o nosso Vice-Presidente e o ministro da Justiça, o Márcio Thomaz Bastos.

A reunião teve por finalidade assumir alguns compromissos e uma tomada de decisão sobre a questão do dinheiro ilícito, da lavagem de dinheiro neste país, que será um Projeto de Lei que vamos mandar ao Congresso Nacional. Mas, sobretudo, para dizer para a sociedade brasileira que o que nós já conseguimos construir de democracia no Brasil é maior do que qualquer crise que este país possa enfrentar, por mais grave que seja a crise.

As instituições brasileiras são mais sólidas e, quanto mais sólidas elas forem, mais nós teremos certeza de que qualquer que seja a temperatura da crise, qualquer que seja o tamanho da crise, as instituições estão preparadas para enfrentá-la e, dentro do jogo democrático, encontrarmos a saída que a sociedade brasileira espera.

Ontem, eu fiquei agradecido aos presidentes das instituições que participaram da reunião, primeiro, pela demonstração de objetividade para encontrar as soluções que precisam ser encontradas e, segundo, para que a gente garantisse à sociedade brasileira que as coisas vão continuar funcionando, enquanto se tem todo esse processo de apuração.

O governo vai elaborar um Projeto de Lei que atualiza a Lei 9.613 de 1998, que é a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro, e esse aperfeiçoamento



que vamos fazer, certamente, criará muita proteção ao Estado brasileiro contra a lavagem de dinheiro no Brasil, contra a circulação de dinheiro ilícito.

Bem, esse é apenas um passo dentre outras coisas que nós fizemos nesses últimos dias. Eu pedi para a companheira Dilma me passar uma relação de algumas coisas que nós fizemos, antes de eu entrar na questão política. Eu espero que as medidas que nós tomamos, desde o pregão eletrônico para todas as concorrências à transparência nos ministérios públicos ou nos ministérios, possam ir garantindo condições de você ir evitando que haja qualquer malversação no patrimônio público neste país.

Não é uma coisa simples de fazer, é uma coisa em que o poder Executivo tem as suas limitações, o Legislativo tem as suas limitações, o Judiciário tem as suas limitações. O que há de importante para dizer é que todos os poderes estão imbuídos do desejo de que é preciso sair dessa crise muito mais forte, do ponto de vista institucional, muito mais forte do ponto de vista das mudanças das leis que temos que fazer, e muito mais forte do ponto de vista do gerenciamento da coisa pública no país.

Bem, eu fico imaginando a ansiedade, não apenas demonstrada pelos que falaram sobre a crise – quatro companheiros de longa data –, mas da sociedade brasileira, entre a perplexidade, entre a angústia e entre a vontade de que as coisas sejam resolvidas o mais rapidamente possível.

Eu fico imaginando os milhões e milhões de brasileiros e brasileiras espalhados por este país, de todas as origens sociais, que imaginam a cada ano, a cada década, que a corrupção seja extirpada da vida brasileira, o que estão sofrendo neste momento. Esses dias, em Vitória da Conquista, eu me aproximei de um cidadão que dizia: “Presidente, o senhor tem que mandar colocar na cadeia, tem que prender”. Essa é, um pouco, a angústia das pessoas mais simples da sociedade, de que a gente mande prender, apure, denuncie. Lamentavelmente, ou não sei se felizmente, a democracia não permite que as coisas aconteçam assim. A democracia tem um rito processual,



cada instância tem a sua tarefa, a sua obrigação, e a nossa obrigação é fazer aquilo que está no âmbito do Poder Executivo.

Vocês, que conhecem a política brasileira há muito tempo, sabem perfeitamente bem que se pegarem os últimos 30 anos deste país, a Polícia Federal nunca atuou com a força que tem atuado, desmontando quadrilhas e ainda, certamente, faltam muitas a serem desmontadas. E a segurança que nós temos de que vão ser desmontadas é a gente garantir que não haja arbitrariedade, porque já fomos vítimas de arbitrariedade durante muitos anos mas que, num processo de muita civilidade, a gente consiga fazer as investigações que têm que ser feitas. E podem ficar certos de uma coisa, elas serão feitas com muito mais rigor, a cada momento e a cada denúncia que recebermos.

Todo mundo sabe que a imprensa joga um papel extremamente importante ao denunciar fatos, ao publicar matérias, às vezes verdadeiras ou não, não importa. Nós temos que ir atrás para fazer a investigação. E, nisso, o Poder Executivo fará a sua parte. Estejam certos de que nós não mediremos nenhum sacrifício em investigar aquilo que tiver que investigar. Só não poderemos cometer injustiças de punir inocentes ou absolver culpados sem que antes haja um processo de apuração muito rigoroso em todas as denúncias. Isso vale para o mais simples até para o mais importante político, ou mais importante empresário brasileiro.

A segunda coisa que eu acho importante os conselheiros observarem é que nós fizemos um sacrifício enorme, e vocês são parte desse sacrifício porque nos ajudaram, nos orientaram a tentar garantir que o Brasil encontrasse uma certa credibilidade internacional, sobretudo na área econômica, para que a gente pudesse colher, já em 2005 – pelo que aconteceu em 2004 –, que era o ano em que nós tínhamos clareza de maior crescimento da nossa economia, era o ano em que nós iríamos começar a colher grande parte das coisas que foram projetadas e plantadas neste país.



Eu acho que nenhum de vocês e muito menos eu, ou qualquer outro brasileiro, imaginávamos que nós fôssemos entrar nessa crise que nós entramos, uma crise que somente o tempo vai esclarecer os culpados. A CPI tem um papel extremamente importante de apurar, de investigar. Depois, o Ministério Público vai ter um outro papel importante, o Poder Judiciário vai tomar as medidas que tem que tomar, a Câmara vai tomar as medidas que tem que tomar.

Muita gente quer que as coisas aconteçam mais rapidamente, mas é humanamente impossível imaginar que a CPI pode terminar antes do tempo que tem que terminar, que o Ministério Público possa fazer o processo antes de investigar com a Polícia Federal, e que a Justiça possa julgar antes de receber todas as informações para julgar. É assim que a gente constrói a democracia e é assim que ela vai se consolidar definitivamente no Brasil.

Quando é que eu acho que as coisas começam a ficar muito mais graves e coloca-se muito mais veneno na própria crise. É quando tentam envolver um homem da magnitude do Márcio Thomaz Bastos, à prova de denúncias de um gangster que está condenado a 25 anos de cadeia que faz julgamento de um ministro e apresenta como denúncia, contra o Ministro, a sua declaração de Imposto de Renda. Ou quando procuradores, alguns certamente não respeitando a lógica e o procedimento da instituição que presta um serviço extraordinário ao Brasil, e eu sinto orgulho de ter, como constituinte, dado a força que demos ao Ministério Público. E eu disse a outro procurador, o Cláudio Fonteles, como disse ontem ao Antônio Fernando, que é exatamente pelo fato de o Ministério Público ter o poder que tem, que aumenta a responsabilidade de cada membro do Ministério Público em não fazer, mesmo sendo estadual, o que foi feito na denúncia ao ministro Palocci, pura e simplesmente, sem concluir uma investigação, fazer um carnaval daquele, colocando em risco todo um trabalho que nós fizemos para garantir que a economia brasileira não sofra nenhum risco por conta da crise.



E por que não sofrer nenhum risco? Porque se a economia sofrer um retrocesso, o resultado de tudo isso vai ser em cima das costas da parte mais pobre da população brasileira, que não tem para onde correr quando vem um vendaval. Outros certamente terão, mas os pobres deste país não terão.

E disse claramente aos meus ministros que o fato de termos uma crise que está sendo investigada, nas instâncias que têm que investigar, que os ministros precisam cumprir com os seus programas, cada ministro tem a sua prioridade definida no começo do ano, as obras estão para acontecer, muitas já estão em andamento, portanto não cabe a nenhum ministro ficar parado vendo o que vai acontecer no Congresso Nacional, mas trabalhar, porque depois o povo vai olhar se ele concluiu ou não aquilo que ele assumiu o compromisso de concretizar. E isso está acontecendo.

Lamentavelmente, me parece que as eleições de 2006 tiveram uma antecipação. Eu sou amigo de muitos de vocês, já conversei com muitos de vocês durante esses três anos de governo, e eu duvido que algum de vocês tenha ouvido de mim, em algum momento, falar em 2006. Duvido. Primeiro, porque eu sempre achei que era prudente só discutir a questão eleitoral no momento em que precisasse ser discutida, e há tempo para discutir. Segundo, porque a minha prioridade nunca foi a reeleição, mas a governança deste país.

Eu tenho um mandato de quatro anos, tenho consciência da expectativa que nós geramos na sociedade e tenho expectativa, sobretudo, pelas políticas que estamos criando, que não é pouca coisa e, possivelmente, não sei se todos vocês têm as informações adequadas. Muitas vezes, eu sei que incomoda quando o Patrus anuncia que o projeto Fome Zero, representado pelo Bolsa Família, já está atendendo 7 milhões e 600 mil famílias, que estão recebendo um dinheiro para comer pelo menos o café da manhã, o almoço e uma janta. Não sei se todos vocês têm conhecimento de que era impossível imaginar que uma Febraban pudesse estar junto com as organizações da própria Igreja Católica, Asa, fazendo cisternas por este país afora.



Não sei se as pessoas têm conhecimento de muitas outras coisas que estão acontecendo, nós sempre temos o lado pessimista, o lado que... mas tem muita coisa que é possível ver. Para felicidade do Marinho, do Jorginho, do João Felício, eu acabei de ver agora que o crescimento real do salário foi de 2,5% no mês de julho, o que não é pouca coisa o salário crescer 2,5% no mês, porque nós fizemos tantas greves, às vezes, para conseguir 1% só de aumento de salário.

Mas a questão eleitoral é sempre assim, quem está na oposição tem muita pressa que a eleição venha logo, quem está na situação não tem a mesma pressa. E estou dizendo isso porque fui oposição durante 30 anos da minha vida, quatro anos é uma eternidade para quem está na oposição e é um minuto para quem está na situação. Esse é um dado concreto.

Quando eu dizia que a eleição não permeava o meu comportamento, os meus companheiros sindicalistas que estão aqui podem ser testemunhas, os empresários podem ser testemunhas, os ministros podem ser testemunhas se, em algum momento, eu discuti eleição com qualquer pessoa neste país. Aliás, ousei dizer um dia que era contra a reeleição, porque votei contra a reeleição na Constituição de 1988, e não fui eu quem propôs que tivesse reeleição no Brasil. O que eu não posso aceitar é que, a pretexto da eleição de 2006, pessoas ajam de forma irresponsável, colocando em risco a oportunidade que este país tem de consagrar algumas políticas, tanto na macroeconomia quanto na política social, o direito deste país se tornar um país sólido do ponto de vista da sua sustentabilidade, do ponto de vista da macroeconomia e do ponto de vista da política social.

Este país teve poucas chances e todas as chances que teve, muitas vezes truncaram. Quer dizer, eu não sou de desafiar, mas eu gostaria de discutir com os analistas econômicos, com os empresários, qual foi o momento em que a política brasileira teve a solidez que tem neste momento? Qual foi o momento em que as regras foram claras, como são neste momento? Eu até





exagerei, muitas vezes, dizendo que não haveria mágica, e não há mágica, porque grande parte das coisas que nós temos feito têm sido pactuadas.

O Armando Monteiro Neto, da CNI, sabe que parte das conquistas que a gente está tendo agora, na reformulação de tributos, não é resultado da invenção do ministro Palocci, do ministro Paulo Bernardo, da Dilma, do Wagner, ou do Presidente da República. Não. São decisões tiradas em debates com entidades empresariais, que parte nós aproveitamos, parte nós não aproveitamos, até porque será de difícil passagem pelo Congresso Nacional. E não adianta reclamar do Congresso Nacional. O Congresso Nacional é a cara da consciência política do eleitorado brasileiro no dia da eleição de 2002. Nós não podemos reclamar. E o processo democrático é tão sólido que permite que a cada quatro anos se troque presidente, se troque deputados, senadores, prefeitos, vereadores, e nós temos a chance de sempre melhorar, basta querermos.

Então, me incomodou muito essa possibilidade de envolver o governo nessa crise. Eu disse, desde o primeiro dia: não ficará pedra sobre pedra na apuração das responsabilidades. Eu ajudei a fundar o PT, me orgulho profundamente de ter ajudado a criar o mais importante partido de esquerda da América Latina. E vocês sabem que não foi uma tarefa fácil, em apenas 20 anos, chegar à Presidência da República pela persistência, porque outros desistiriam depois da segunda derrota, eu ainda arrisquei a terceira e ainda tentei a quarta. Entretanto, o PT foi criado exatamente para mudar as regras políticas estabelecidas neste país. O PT foi criado exatamente para que estabelecêssemos um outro padrão de comportamento político e que a gente pudesse sonhar um dia em ter regras muito claras, sólidas, com todos os partidos, independentemente de ser de esquerda ou de direita.

Portanto, eu disse já num pronunciamento e vou repetir: o PT teve um processo de sangria muito forte e cabe ao próprio PT, que está num processo de direção, julgar quem, dentro do PT, cometeu erros e quem, dentro do PT,



tem que ser punido para que a Justiça possa punir, onde couber à Justiça, e para que o Congresso possa punir, onde couber ao Congresso.

Quero dizer para vocês que sou petista, tenho orgulho de ser petista e a justiça começa dentro de casa. Se companheiros nossos cometeram erros, eles terão que ser punidos, tanto quanto se fossem adversários ou inimigos. A lei existe para todos, as regras são para todos e, portanto, todos sabiam que um partido que sofreu para chegar ao poder, como chegou o PT, não poderia ter cometido erros que, historicamente, são cometidos neste país.

E também da parte da máquina pública brasileira. A máquina pública brasileira é uma máquina poderosa, tem gente da mais extraordinária qualidade espalhada por esses quatro cantos do país. E nós vamos tentar, cada vez mais, dotar essa máquina de muito mais competência e, ao mesmo tempo, de muito mais dificuldade para que não haja, em nome da máquina pública, desvios de recursos, malversação de patrimônio neste país.

Eu estou dizendo tudo isso para vocês porque não queiram carregar nas costas de vocês suspeição. Eu sei que muitos aqui já carregaram, tem muitos aqui que não são marinheiros de primeira viagem, mas a suspeição é pior do que a acusação concreta e objetiva, porque joga-se lama em todo mundo e na hora em que vai se provar, a gente percebe que nem tudo que foi dito era mentira, mas que nem tudo que foi dito era verdade. E a gente vai perceber que nesse processo, entre perdas e ganhos, a gente torce e vai trabalhar para que ganhe a democracia, a gente vai trabalhar para que percam os que cometeram os delitos mas, em nenhum momento, a gente pode colocar em dúvida que a democracia exercida na sua plenitude é a única certeza que nós temos de levar o país a um caminho de futuro promissor, um futuro de desenvolvimento e um futuro que faça a distribuição de renda que nós temos que fazer no nosso querido país.

Da minha parte, dom Demétrio, Jorginho, Young, eu quero que vocês saibam que da minha parte não haverá nenhum minuto de descanso enquanto



a sociedade brasileira não tiver um desfecho disso, naquilo que é pertinente ao Poder Executivo.

Quero dizer para vocês que eu sempre norteiei a minha vida em dizer que todo mundo é inocente até prova em contrário, e isso macula o meu comportamento ao longo de 60 anos e vai continuar assim, mas que seremos rigorosos para apurar cada caso, seja quem for, seja a minha companheira Dilma, o Wagner, o Presidente da República, o Marinho, o Patrus, ou seja, não tem amizade pessoal quando se trata de desvio de conduta. Se trata de mostrar para a sociedade o que aconteceu.

Por isso é que nós apostamos nesse processo democrático, por isso é que nós achamos que mesmo a sociedade tendo pressa, mesmo a sociedade querendo que seja rápido, querendo que seja amanhã, tem um ritual de todos os poderes que tem que ser cumprido, porque todas as vezes em que se julgou de forma apressada neste país nós vivíamos em regime de arbítrio e pessoas inocentes até foram mortas. Mortas ou em vida, ou mortas politicamente, a experiência brasileira está cheia e nós não temos o direito de, no século XXI, cometer esses mesmos abusos. Nós temos que ser duros, nós temos que ser rígidos, temos que apurar, mas temos que permitir que as instituições funcionem sem cometer nenhum ato que possa colocar em risco o bom senso daqueles que praticam, nas suas instituições, a prática democrática.

Quero dizer aos meus companheiros do Conselho que eu estou convencido de que o Brasil sairá dessa para melhor. Não posso dizer para vocês que vai sair dessa acabando com a corrupção, porque a corrupção é uma doença impregnada no comportamento de alguns seres humanos e sai um, entram outros. O que nós precisamos é cercar as instituições de mecanismos duros que dificultem às pessoas praticarem delitos ou praticarem corrupção. Mas também quero dizer a vocês que a sociedade brasileira, sobretudo, a parte mais pobre da população que tanto espera de mim, que espera do governo, que espera de vocês, que a verdade nesse processo todo



vai prevalecer. Quero reiterar a vocês que o processo eleitoral não me fará mudar de comportamento, sobretudo nas questões econômicas.

Eu dizia ao Palocci esses dias que, a cada vez que eu recebo uma visita, as pessoas querem: “Presidente, o Congresso Nacional, o Senado votou o mínimo de R\$ 384,00. Presidente, eles querem desgastá-lo; então, o senhor precisa deixar R\$ 384,00, porque isso vai ser bom para a sua imagem”. E eu disse textualmente: graças a Deus, a Câmara agiu com a maior prudência e votou 300 reais, porque se tivesse votado 384 reais eu teria vetado apenas por uma questão de responsabilidade, porque eu não posso brincar com o dinheiro que não é meu. Sei do rombo da Previdência Social, sei das dificuldades das pequenas e médias cidades brasileiras, sei da dificuldade de microempresas neste país que, às vezes, não podem nem pagar e nem se registram porque não podem pagar. Eu não iria cometer um gesto de insensatez eleitoral, levando o país a correr um risco tremendo.

Eu sei da angústia de vocês cada vez que o juro não baixa, eu sei que muitos, durante a campanha eleitoral, diziam assim para mim: “Presidente, o Banco Central tem que ser independente”, todo mundo dizia isso para mim, todo mundo dizia e agora todo mundo fica: “Presidente, quando é que vai baixar o juro? Quando é que vai baixar o juro?” E muita gente falava: “Aproveita esse momento da crise e baixa logo 4%”. Olha, o problema de juro é um problema do Banco Central, a política monetária é da responsabilidade do Banco Central e ele vai cuidar sem que o Presidente interfira, porque na hora em que o Presidente da República começar a interferir no Banco Central não precisa mais ter Banco Central, trago para minha sala e eu determino as coisas.

Eu sei que tem gente meio chateada porque o dólar está baixo e esse câmbio “vai não sei das quantas” mas, também, as pessoas reivindicavam um câmbio flutuante. E o Palocci disse muito bem: o problema do câmbio flutuante é que ele flutua, às vezes para baixo, às vezes para cima. O que nós temos



que garantir é que a sociedade brasileira, os empresários, os trabalhadores, na sua maturidade, garantam que, em algum momento, esse câmbio vai chegar no ponto de equilíbrio, no ponto justo que interessa aos compradores, aos vendedores, aos tomadores de dinheiro lá fora, aos emprestadores, mas sem que a gente pratique nenhum estupro em nome do desejo de alguns, momentâneos.

Eu quero dizer a vocês que estou extremamente otimista com a economia brasileira. Quero fazer um alerta aos pessimistas: o resultado deste ano não será nenhuma Brastemp, mas será um bom resultado. E isso aponta para que a gente tenha, em 2006, e vou cuidar para que isso aconteça, vou assumir toda a responsabilidade de garantir que mesmo em 2006 – um ano em que os candidatos já estão na rua – que a economia brasileira não sofra um retrocesso por conta de uma eleição neste país, porque eleições, a gente tem 1 milhão. Desde que foi proclamada a República nós temos, a cada dois anos. Agora, a oportunidade de consolidar definitivamente este país como um país sério, que seja capaz de crescer, exportar, fortalecer o mercado interno, distribuir renda e fazer política social, nós não temos todo ano, nem toda década, são poucos os momentos. E nós precisamos garantir que isso aconteça, porque quando deixarmos o governo, que vier outro, as coisas têm que estar com uma solidez de tal ordem que as pessoas não vão poder brincar de fazer populismo com a política econômica brasileira ou com as instituições brasileiras.

Quero terminar, companheiro Jaques Wagner, dizendo a vocês o que eu disse aos meus companheiros. Eu já vi nos jornais, manchetes, artigos, dizendo: “a condição básica para essa crise acabar é o presidente Lula não ser candidato”. Já ouvi também alguém dizer: “nós não precisamos nem... nós temos que sangrá-lo, até levá-lo para uma sessão de hemodiálise, para ele não poder concorrer nas eleições de 2006.” Isso vocês já leram, eu já li, e quero dizer para vocês que isso não me incomoda. Eu sou democrata, gosto do jogo



democrático, não decidi se sou candidato ou não, nem vou decidir porque acho que não é o momento. No momento em que eu tiver que decidir se sou ou não sou, certamente vocês, ou estarão perto de mim para ouvir, ou lerão pelos jornais. Não é uma eleição que faz a minha cabeça, o que faz a minha cabeça e possivelmente isso incomode alguns, é chegar no dia 31 de dezembro de 2006 e pedir para vocês, não para mim, fazer uma aferição dos últimos 15 anos, do que aconteceu na política econômica brasileira, do que aconteceu na política social, do que aconteceu na política de infra-estrutura, que aconteceu na política de distribuição de renda, para que a sociedade possa fazer o julgamento.

Agora, queria também lembrar a vocês uma coisa que eu considero importante. Neste país, não há crise que não seja superada. Eu tenho certeza de que a Câmara e o Senado darão conta da CPI e apresentarão resultados. Não me perguntem quantos serão cassados. Eu acho que para cassar tem que ter a prova fundamental para cassar as pessoas. Eu não tenho dúvida de que a Polícia Federal vai continuar fazendo o seu trabalho, o Ministério Público o seu, e quando chegar à Justiça, a Suprema Corte irá saber, aqueles que estiverem na Suprema Corte, apurar.

Mas queria lembrar a vocês alguns momentos históricos. Aliás, ontem, comemorou-se a morte de Getúlio Vargas. Então, eu queria lembrar para vocês que crise, neste país, já levou, em 1954, o presidente Getúlio Vargas a se matar. Crise, neste país, levou o Juscelino a ser mais achincalhado do que qualquer outro presidente da história deste país. Se alguém tiver dúvida, pegue os jornais da época para ver o que se falava do Juscelino Kubitschek, para ver quantas manchetes de jornais chamando-o de ladrão e ele só foi reconhecido – hoje todo mundo sente orgulho de colocar um cartaz do Juscelino na sua casa – depois que foi cassado e muito depois que ele morreu. Hoje, ele é exemplo para todos os presidentes de direita e de esquerda, de centro ou não, todo mundo acha que o Juscelino é a marca. Mas pegue, para saber o que



aconteceu no mandato dele, foi curto.

O Jânio Quadros, que não era nenhum homem de esquerda, desistiu por causa do inimigo oculto, até hoje nós não sabemos quem são os inimigos ocultos. Estão tão ocultos que a gente não conseguiu saber e ele morreu sem contar para a gente. Mas tem adversários ocultos porque tem pessoas que falam coisas, não se apresentam, e você fica pagando pela irresponsabilidade de alguém que falou sem provar nada.

O Jânio Quadros, ou melhor, o João Goulart foi obrigado a renunciar. Eu estou dizendo esses nomes, não vou dizer o mais recente, para dizer para vocês uma coisa: eu sou um homem da consciência muito tranqüila, não apenas pelo meu passado, mas pelo meu futuro, porque o meu futuro é o futuro que eu sonho e que espero construir para todos os brasileiros que esperam que o Estado possa estar a seu serviço, um dia. Então, sobre essa história do João Goulart, do Getúlio, do Juscelino, eu quero dizer para vocês o seguinte: nem farei o que fez o Getúlio Vargas, nem farei o que fez o Jânio Quadros, nem farei o que fez o João Goulart. O meu comportamento será o comportamento que teve o Juscelino Kubitschek: paciência, paciência e paciência, porque a verdade prevalecerá e o povo brasileiro vai saber verdadeiramente, o que está acontecendo no Brasil, o que está por trás do que está acontecendo no Brasil, quem são os ocultos ou não, porque os públicos nós já sabemos e vai saber, concretamente, quem praticou ou não corrupção neste país.

Podem ficar certos que se depender da minha paciência, da minha convicção e dos meus compromissos com o povo deste país, pode demorar um mês, três meses, um ano ou dois anos, não importa, mas todos nós, um dia, iremos nos debruçar em cima da verdade e ela será a tônica de análise para o povo brasileiro.

O que eu posso dizer para vocês é que não tenho dúvida, não tenho nenhuma dúvida de que este governo, não apenas o Presidente, mas os



ministros, nós estaremos muito mais vigilantes do que já estivemos em qualquer outro momento, e cada um dos meus companheiros sabe que pode ser o meu melhor amigo, dentro ou fora do PT, dentro ou fora do governo, se cometer alguma coisa de equívoco de conduta, com a mesma grandeza que eu o convidei para vir para o governo, eu o convido para deixar o governo e, depois, ele responderá onde tiver que responder. Isso vale para o governo, vale para a máquina pública e vale para qualquer brasileiro, afinal de contas, nós precisamos provar que a lei, finalmente, foi feita para todos e que todos estarão subordinados a ela.

Eu quero agradecer as palavras de confiança do quatro oradores que ouvi, porque eu não ouvi os que falaram antes de mim, e dizer para vocês: vocês não se arrependem de ter confiança, não em mim, mas de ter confiança na minha equipe de governo e pode ficar certo, meu companheiro Young, que não só estarei no comando, que você sabe que há uma diferença de exercer o comando de forma autoritária e exercer o comando da forma democrática, eu passei pelo sindicato democraticamente, passei pelo partido, fui presidente 13 anos democraticamente, construí a minha vida política sendo democrático. Às vezes, eu prefiro ouvir dois companheiros a tomar uma decisão sozinho, dentro de uma sala.

Esse é o meu jeito de ser e é assim que a gente vai comandar este país para se transformar, num momento que está muito próximo, numa nação desenvolvida e não apenas numa promessa de nação desenvolvida.

Muito obrigado a todos vocês e meus parabéns pelo trabalho que vocês fizeram.